



Revista História : Debates e Tendências (Online)

ISSN: 2238-8885

Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História

Silva, Carla Luciana

Vanguarda Popular Revolucionária: massas, foquismo e repressão

Revista História : Debates e Tendências (Online), vol. 19, núm. 3, 2019, Setembro-Dezembro, pp. 494-512

Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História

DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.3n.19.9870>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552464576009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

Vanguarda Popular Revolucionária: massas, foquismo e repressão
Revolutionary Popular Vanguard: masses, foquismo and repression
La Vanguardia Popular Revolucionaria: masas, foquismo y represión

Carla Luciana Silvaⁱ

Resumo: O objetivo deste texto é compreender a luta armada como uma opção mediante conflitos teóricos e históricos que estavam colocados aos grupos que propunham uma resistência à Ditadura. Analisamos o investimento realizado pela Vanguarda Popular Revolucionária no sentido de organizar ações de massas junto ao movimento operário, em 1968. Buscamos mostrar que os grupos de luta armada empreenderam tempo e disposição em realizar o debate teórico e político sobre as formas da luta enquanto puderam realizá-lo. Na medida em que a repressão se especializava e tornava mais ampla sua ação, esses debates se perderam e a ação dos grupos passou a ser eminentemente defensiva.

Palavras chave: Foquismo Luta armada. VPR.

Abstract: The purpose of this text is to understand the armed struggle as an option in front of theoretical conflicts that has been placed to resistance groups against the Dictatorship. There went a sincere idealism of them opposed to the military regime. we analyze the investment make for Popular Revolutionary Vanguard in the sense of to make mass action together with the labor movement, in the year 1968. We look for to show how the struggle armed groups to disposed time and disposition to accomplish the theoretical and politics debates about the forms of struggle while they could carry it out. When the repression was specializing and expanded its action, that debates were lost and the groups actions become eminently defensive

Keywords: Foquismo. Struggle armed. VPR.

Resumen: El objetivo de ese texto es comprender la lucha armada como siendo una opción delante de los conflictos teóricos e históricos que estaban puesto para los grupos que hacían resistencia a la Dictadura. Nosotros analizamos la investidura que ha realizado la Vanguardia Popular Revolucionaria para realizar acciones de masas con el movimiento obrero, en 1968. Buscamos enseñar que los grupos de lucha armada utilizaron tiempo y disposición para realizar el debate teórico y político acerca de las formas de lucha mientras ha podido hacerlo. En la medida que la represión se iba especializando e ampliaba su acción, esos debates se acabaron y la acción de los grupos pasó a ser eminentemente defensiva.

Palabras clave: Foquismo. Lucha armada. VPR.

O tema do artigo é a organização da luta armada no Brasil após a Ditadura de 1964. O objeto é um grupo específico, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Buscamos mostrar que a organização esteve submetida a conflitos, dilemas teóricos e políticos, em sua curta existência. Não se pode tratar o tema da “luta armada” de forma homogênea e linear. Para além da análise do grupo como militarista, é possível perceber que atuava com forte tendência política, de debate e discussão, e buscavam aproximação com a classe trabalhadora. A repressão levou-os à clandestinidade, e os elementos de sintonia entre eles contribuiu para fortalecer uma unidade, que permaneceria na memória dos militantes até hoje. No entanto, a história dos conflitos e contradições vividos na vida clandestina ainda precisa ser melhor conhecida para que se compreenda os dilemas vividos pela esquerda brasileira que combateu à ditadura.

A pesquisa tem nos mostrado que a VPR possuía um programa revolucionário, mas sua organização foi reativa, defensiva, mesmo tendo alguns momentos de ação propagandística, além de outras que condicionaram sua existência, como a participação no assalto ao cofre do Adhemar, mas que trouxe uma série de efeitos negativos para o grupo. Em um contexto de vida clandestina o que parece uma grande vitória pode imediatamente se tornar seu maior problema. O grande assalto, traria muito dinheiro, mas como ele seria guardado? Como seria dividido? Como evitar a fúria da repressão? A grande expropriação de armas é um caso extremo: a VPR consegue muitas armas, mas não tem onde guarda-las e acaba “perdendo” a maior parte para a ALN, de Carlos Marighella. Os bem-sucedidos sequestros que salvaram uma centena de pessoas, foram usados pela propaganda da Ditadura para enfatizar o perigo social que o grupo representava, e criou imensos problemas aos que sobreviveram a eles, que se tornaram vítimas preferenciais da repressão. Ou seja, nosso argumento é de que as consequências dos atos planejados pelo grupo sempre fugiram a qualquer controle, gerando uma série de dificuldades que contribuíram para lhes deixar muito longe de uma guerra revolucionária, em que acreditavam. Mesmo quando defendiam táticas foquistas, a preocupação com as massas esteve presente na preocupação do grupo, como no caso explícito de Carlos Lamarca que exploramos aqui.

Para tratar da VPR, abordamos a sua origem, e os embates que estavam colocados para a ação. Argumentamos que houve uma tentativa inicial de buscar um movimento de massas com inserção junto ao movimento operário. Passada essa fase, o debate que se colocava era se o grupo deveria fazer discussões políticas ou partir logo para a “ação revolucionária”, posição que aparentemente venceu. Mas o grupo nunca abdicou de fazer discussões, procurando uma cisão que pudesse ampliar a luta. E por fim, a figura de Carlos Lamarca aparece como um importante elemento, onde estão todas as contradições às quais

o movimento estava submetido: a vida clandestina, a impossibilidade de avanço, o dilema das opções. Utilizaremos como fonte principal algumas narrativas produzidas por militantes, seja em relatos biográficos ou autobiográficos. São relatos que se constituem como documentos, e como tal serão problematizados. A historiografia também será revisitada, no sentido de recolocar questões sobre o grupo, ou mesmo para retomar outros documentos que são citados, ou novos que trazemos.

As origens

Não é tarefa fácil definir com clareza o momento em que a VPR foi fundada. Pedro Lobo (codinome de Jason de Oliveira) faz um relato a partir da versão de militante que foi um dos fundadores da VPR. De origem militar, junto com Onofre Pinto, ambos tinham afinidades com o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). A obra traz a perspectiva de Lobo:

Disposto a ir pro pau de qualquer jeito, depois de decidir seu rompimento com a proposta pacifista do Partidão, Pedro Lobo trata de ir arregimentando gente disposta a um enfrentamento físico e imediato com o regime.

- Começamos a discutir com todos os companheiros que, como eu, tinham sido exonerados das Forças Armadas ou das polícias militares estaduais. O objetivo era já a criação de uma nova organização de resistência armada. Mas, naquele momento, não se pensava em uma guerrilha rural, e sim, urbana (LAQUE, 2010, p. 141).

Ele data do dia 15/7/1967 uma reunião ocorrida na casa de Dulce Maria. Situa ali o debate sobre a criação de um grupo que seguiria na ação após a ruptura com as Forças Armadas:

Ali estão seu compadre, o ex-sargento do Exército, Onofre Pinto, o sargento do Exército, José Araújo da Nóbrega, vários ex-marinheiros punidos em abril de 64.

Foi nessa reunião que nós anunciamos o rompimento com Leonel Brizola e decidimos fundar nosso próprio movimento (LAQUE, 2010, p. 141).

Embora tivessem origem militar, Lobo caracteriza o grupo de certa forma como desorganizado, uma “trupe revolucionária”, que estava se estruturando. Se preparavam para ações e planejavam altos vãos, pois conseguiram uma área para treinar tiro em Cotia, interior de São Paulo. Com uma “estrutura rígida e extremamente disciplinada”, a origem militar seria ampliada com a experiência de brizolistas que voltavam de Cuba em seus treinamentos. Ele relata um quadro em que militantes seriam cuidadosamente selecionados para compor o que se buscava. Segundo ele, a estrutura interna:

Obedece a um modelo hierarquizado herdado dos partidos comunistas. Na base da pirâmide ficam os simpatizantes, aqueles que concordam com a linha de atuação da sigla, mas não mantêm um contato mais estreito com ela. Ali também está o apoio, militante que contribui com algum dinheiro, cede locais para esconderijo, consegue documentos falsos ou cuida de ajudar o transporte de pessoas ou coisas

O meio do triângulo é ocupado por quadros guerrilheiros que, de arma em punho, se dedicam

ao enfrentamento direto com os militares e as polícias políticas estaduais. No topo se instala a direção, pessoas que, por sua formação, qualidades pessoais ou história dentro das esquerdas, se qualificam ao comando (LAQUE, 2010, p. 144).

Essa estrutura parece bastante azeitada, mas os atos concretos e os conflitos mostram uma organização bem menos centralizada e eficiente. A realidade da vida clandestina colocaria limites nessa concepção que parece inspirar-se na ideia de uma guerra revolucionária. O relato de Diógenes Oliveira, outro importante militante do grupo, também apresenta uma versão para aquele começo:

Nós fazíamos parte de um grupo de combate da VPR, o comando ficava em São Paulo. Nós já éramos uma organização, mas não tínhamos nome ainda, e a seguir, nos reunimos e fizemos um manifesto. Essa reunião foi, em primeiro lugar, uma reunião de enterro do MNR, que estava morto, mas ainda era um cadáver insepulto. Com o abandono da luta armada pelo Brizola, havia necessidade de reaglutinar os diversos grupos dispersos no antigo MNR e os grupos operários que existiam ou estavam se criando em São Paulo. Uma das nossas preocupações era não ser vistos como um grupo só de militares, ex-sargentos e ex-marinheiros. Em determinado momento houve a reunião de fundação; o Onofre Pinto, o José Nóbrega, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva (Roberto Gordo), o Pedro Lobo, eu, vários outros companheiros. (...) não fomos dissidência do PC. A VPR não era uma organização comunista, nunca foi. Havia comunistas lá, eu, por exemplo, mas a organização nunca foi comunista. Nós éramos herdeiros do MNR – nosso DNA era o Rio Grande do Sul, a Legalidade, o Brizola, os sargentos e marinheiros – estes tiveram uma importância fundamental (FUKUDA, 2014, p. 75).

Essa relação com Brizola permaneceria na origem do grupo, mas o grupo se afastaria dela, permanecendo apenas em algumas das memórias individuais. Nem todos que entraram dali pra frente teriam essa mesma visão, mas o mito fundador estava lançado. É relevante a demarcação ideológica explícita de um grupo “não comunista”. Embora alguns viessem de ruptura com o PCB, a maior parte deles trazia inspiração nacionalista, sem o viés comunista. A falta de formação política de alguns deles ficaria visível nos embates que se colocavam, como veremos a seguir. Cabe lembrar ainda que a VPR seria fatalmente marcada pelos moimentos de traição interna, a partir da ação, principalmente do ex-militante “Cabo Anselmo”, do massacre da Granja São Bento (CAMPOS, 2017), entre outros, tema que não teremos como abordar aqui.

A Revolução: blá-blá-blá x bang bang

Para os militares, o combate à “luta armada” se trataria de uma “Guerra Revolucionária”, no âmbito da Doutrina de Segurança Nacional. Para os militantes, estava em questão a construção de uma revolução socialista? Quais os problemas aí colocados? Na fala dos militantes percebemos uma dubiedade: ora se referem à revolução e ora à existência de uma “guerra”. Nos parece necessário perguntar: guerra contra a ditadura ou “guerra revolucionária”? Muitos seriam os caminhos e problemas nessas definições, e no caso da

VPR, podemos elencar dois como os principais problemas: a distância entre teoria e prática; as difíceis escolhas entre foquismo e ação de massas. Os dois temas estão relacionados, já que a teoria do foquismo estava presente, mas nas resoluções da VPR havia sempre uma tendência à ação de massas. Mesmo acreditando em elementos do foquismo e tendo uma relação direta com Cuba, o grupo não queria ser apenas um braço cubano no Brasil, isso estava claro. A prática levou a desentendimentos importantes no grupo.

Os militantes acreditavam em uma revolução, mas isso colocava problemas de difícil problematização e sem solução, expressos por Espinosa, um dos dirigentes dos princípios da VPR, dessa forma:

Antes mesmo de ser batizada, a organização se dividia entre ‘a turma do blá-blá-blá’ e a ‘turma do banguê-banguê’ – segundo definição da própria turma do banguê-banguê. Os adeptos da primeira, liderados por Onofre [Pinto] e João Quartim [de Moraes], foram à praia do Peruíbe participar do I Congresso da organização. Diógenes, adepto da segunda opção, critica abertamente o outro grupo na noite em que Onofre e Quartim discutiam nomes e rumos do grupo, ele comandava um ataque de expropriação numa loja de artigos de caça e pesca situada no bairro da Lapa, a casa de Armas Diana. Num desabafo a Espinosa, Diógenes revelou seu rancor. ‘Eu vou mandar essa arma de presente ao Onofre. Companheiros, enquanto vocês estão na praia, só no bla-blá-blá, nós estávamos arrecadando armas pra revolução. Fazer programa não é problema. Se um dia a gente precisar de um programa de partido é só fazer um banco e encomendar a bons professores da USP!’ (SOLNIK, 2011, p. 61).

No seu livro de memórias, Diógenes não se refere a esse conflito, mas dá mais detalhes sobre as armas que conseguiram naquele assalto, basicamente armas de caça e também um “Smith & Wesson prateado, cano longo, que foi dado ao Lamarca” (FUKUDA, 2014, p. 80). Fica claro que havia um conflito no grupo, e isso seria um problema sério, entre os que promoviam a ação e aqueles que discutiam teoricamente. Já ficava longe o debate sobre o militarismo no grupo, o debate se fazia necessário. Com a ampliação do grupo, enquanto foi possível, não houve o abandono do debate teórico, indicando a necessidade de amadurecimento político, e tentando ampliar a ação de massas.

A VPR e os trabalhadores: um partido revolucionário?

A VPR buscou se construir nos movimentos operários de São Paulo, mais precisamente, as greves de Osasco, ocorridas ainda em 1968, antes do AI-5. O Grupo de Osasco era formado por Espinosa, Ibrahim, Roque Aparecido da Silva e José Campos Barreto, entre outros. Eles conseguiram nos primeiros anos pós 1964 ter uma grande capacidade de mobilização na cidade paulista, que foi um polo de atração para vários grupos de esquerda. Isso acabou atraindo militantes da VPR para, numa tática movimentista, participar do movimento e ao mesmo tempo atrair seus membros para a ação centralizada

pela VPR. A morte do estudante Edson Luis em 1968 levou milhares às ruas no Rio de Janeiro, e em São Paulo e também em Osasco, em solidariedade de classe. Passeatas, cartazes, resistência estavam no foco daqueles militantes. Na lembrança de Espinosa, aparece o caráter anti-burguês como saída propositiva da ação, lembrando de um discurso na passeata diante de um prédio estatal: “aqui é sacramentada a exploração do homem pelo homem, porque aqui eles tentam lavar a sujeira da burguesia! Essas paredes estão sujas de sangue!” (SOLNIK, 2011, p. 36). Esta passeata, seguida de outra com 8 mil pessoas nas ruas e com a presença de lideranças da UNE era de fato, impactante. Segundo Solnik (2011, p. 38): “Osasco se transformava numa espécie de Meca dos movimentos antiditatoriais brasileiros, o ponto para onde convergiam os que acreditavam na possibilidade de derrubar o regime militar, uma vez que tinha uma classe operária numerosa e cada vez mais aguerrida!”. Inicialmente envolvendo o movimento estudantil, e já na sequência os movimentos operários e suas greves, o dilema colocado parecia ser este:

Nas assembleias estudantis e nos corredores das faculdades, duas perguntas se digladiavam, correspondendo a duas posições estratégicas: derrubar a ditadura conscientizando, primeiro, a massa de que ela estava sendo explorada – ou conscientizá-la para a ação direta, partindo logo de uma vez para a luta armada (SOLNIK, 2011, p. 39).

As perguntas fazem sentido em um ambiente de crescimento da organização, de movimentação de ruas, de inquietação. Mas na prática, a parte da “luta armada” parece mais um desejo do que uma realidade. Quando analisamos, por exemplo, as reivindicações dos operários das greves de Osasco, percebemos as condições de miséria às quais estavam sendo submetidos, e a máxima exploração de trabalho em condições indignas, o que se expressa nas reivindicações, tais como: “botas de borracha para quem trabalha em locais úmidos; ambulância e enfermaria na empresa; construção de sanitários e contratação de pessoal de limpeza; vale em dinheiro e não em compras na cooperativa! Ou seja, há uma situação concreta que leva o apoio popular à luta. Não se trata apenas de discutir o caráter do socialismo, mas a exploração concreta do trabalho estava levando a níveis importantes da consciência de classes, contexto que vinha do início dos anos 1960.

Diante do aumento das atividades em Osasco, a VPR ganhou forças, ainda que clandestina. Mas estava colocado também o dilema do tipo de ação que construiriam. A ação junto à classe trabalhadora necessariamente seria uma ação de massas, de disputa ideológica e política. A teoria do foco não se enquadraria nessas táticas. E progressivamente os militantes que atuavam em outras áreas iriam recrutar esses militantes que acabam tendo que de fato optar, entre a luta de resistência e a luta concreta no chão da fábrica e da sobrevivência.

O sindicato dos trabalhadores da Cobrasa foi ganho por José Ibrahim, que tendo a diretoria contra, passou a liderar por assembleias, o que teria fortalecido “um tipo de

organização pessoal, mas era um companheiro nosso”, lembra Solnik, ou seja, um companheiro da VPR, que junto com José Barreto teria um importante papel nos acontecimentos. A greve é destruída por fortíssima repressão, mas os militantes seguiam buscando formas organizativas fora das fábricas, o que chamariam de “Grevilhas”, uma junção de greves e guerrilhas.

A VPR estava tão presente, que montou uma estrutura ampliada: “três aparelhos para o apoio à greve: um para funcionar como enfermaria, na Vila Jaguaribe, um como retaguarda para as lideranças, no bairro Jaguaré, e o terceiro onde funcionaria a imprensa de greve, com mimeógrafos, no bairro da Vila Yara” (SOLNIK, 2011, p. 54). Tudo isso parece não ter funcionado muito bem, já que a repressão foi feroz contra eles. Barreto foi preso, Ibrahim conseguiu fugir, mas tomou uma suspensão de 15 dias “imposta pelo Ministério do Trabalho, com ameaça de cassação e intervenção no sindicato” (RIDENTI, 2010, p. 182), o que, por outro lado, aumentou os laços de solidariedade entre os militantes e a classe trabalhadora.

As manifestações do 1/5/1968 foram explosivas, ao ponto de terem incendiado o palanque em que o governador Abreu Sodré falaria. Depois disso, a VPR então se reorganizaria, ainda tendo como centro a ação sindical, especialmente o Sindicato dos Metalúrgicos. No relato de Solnik ele alude à tentativa de convencimento que os líderes grevistas fizeram sob os soldados que vieram para debelar a greve, descrevendo a fala que teria sido dita por Barreto:

- Soldados! Nós somos trabalhadores, não somos bandidos. Estamos aqui lutando por salários dignos. Vocês não nasceram soldados, viraram soldados e também só trabalham para ter um salário no final do mês. E sabem como é duro chegar no dia 20 e não ter mais como levar comida para a casa, não era dinheiro para comprar remédio para um filho doente (SONNIK, 2011).

Esta mesma cena foi comentada em outro livro de relatos, o de Antonio Caso, publicado em Portugal em 1973, quando ele já estava exilado. Ele acrescenta que esse discurso teria feito uma breve parada no avanço da repressão, e que Barreto pegou uma tocha e ameaçou tocar fogo em toda a fábrica naquela ocasião. Traz ainda uma fala do próprio Barreto, que ao ser elogiado pelo heroico ato que serviu para dar tempo aos demais fugirem, ao que ele comenta:

Não. Não foi nada disso. Não era manobra, não. Eu tinha tanta raiva naquele momento que, se os soldados não houvessem detido, teria ateado fogo à gasolina; (...) via somente a injustiça que se cometia, ao enviar contra os operários a força dos fuzis da ditadura” (CASO, 1973, p. 85).

O fato é que Barreto foi o único preso e torturado naquele momento. Mais tarde passaria a ser reconhecido na militância como Zequinhaⁱⁱ, o bravo companheiro de Lamarca que foi morto junto com ele, em 1971. No relato que Espinosa produziu no livro de Ridenti,

ele busca esclarecer as razões da escolha da VPR como opção. Parte do pressuposto na necessidade de radicalizar ação, embora não houvesse clareza:

Aliás, a própria VPR não tinha uma visão clara; uma das razões pelas quais a VPR nos ganhou é que ela também não tinha uma política para o movimento operário, enquanto outras organizações tinham essa política, que nós considerávamos estreita, incapaz de acionar a classe operária – era o caso da AP, do que havia sobrado da POLOP, que viria a dar no POC. Já a VPR estava com a luta armada, com Fidel e a Revolução Cubana. Não tinha uma orientação burocrática de cima para baixo, dizendo como é que era a saída possível para desencadear a luta armada. Poderia ter sido também a ALN, mas considerávamos a VPR mais séria (...)

Algumas organizações chegaram a travestir estudantes de operários, todas mandaram três, quatro quadros para fazer ligações. É claro que tínhamos contato com todos elas, que queriam nos ‘ganhar’. No caso da VPR – que ainda não tinha esse nome, recebido só no final de 1968 – a organização mandou dois caras que, diferentemente dos outros, não vieram para nos catequizar. Eles se juntaram aos trabalhadores todos que nós tínhamos, aceitavam aquilo que a gente fazia e se juntavam conosco em cima disso – não vinham apenas buscar quadros, nem impor uma visão (RIDENTI, 2010, p. 183).

Segundo Ridenti, essa visão pode ser confirmada em mais um documento escrito no exílio, por um militante de pseudônimo Jacques Dias, de 1972, que indica que a VPR “levou propostas concretas para o desdobramento posterior do movimento, buscando consolidá-lo, e sem ter como objetivo principal o recrutamento de quadros” (2010, p. 185). Ridenti, a partir disso, reitera o “respeito da VPR à dinâmica do movimento operário” (RIDENTI, 2010, p. 184). Atribui isso ao fato de que, sendo uma organização recém-criada, não tinha clareza de políticas, exceto a da “guerra de guerrilhas”. Em função disso,

A opção não sectária dos militantes da VPR em Osasco (alguns deles atuantes desde antes de 1964 na cidade, quando eram da POLOP), aliada à força das armas, foi fundamental para a aproximação com as lideranças operárias do grupo de Osasco, radicalizadas num processo político peculiar no município, mas ao mesmo tempo, sintonizado com as lutas nacionais e internacionais dos anos 1960 (RIDENTI, 2010, p. 184).

José Ibrahimⁱⁱⁱ, exilado em Portugal, no contexto da Revolução dos Cravos, se apresentava como “dirigente operário” e analisava o contexto das lutas e acúmulo de forças que levaram às greves. Ele relata que pequenas ações, como cinco minutos de paralização na hora do enterro de um companheiro eram seguidas de grandes ações que viriam ser construídas na sequência, gerando inclusive um duplo poder no movimento, suas ações de agitação começavam relacionadas a problemas de higiene, sanitários e congelamento salarial. O mais interessante, na sua análise, é a visualização de que estavam produzindo um “programa de esquerda que a massa aceitou porque ia de encontro com seus interesses”. Eram questões corporativas, mas que transcendiam em algumas medidas e iam abrindo espaço para o trabalho político de mais longo alcance, embora isso tenha se perdido.

O que mais queremos ressaltar é que a VPR está aqui colocada como uma organização que embora clandestina, estava disputando e atuando junto ao movimento operário. Ele relata sobre o contexto da eleição sindical um diálogo de um senhor com um opositor:

Um dia, na hora do almoço, perguntaram-lhe: ‘Você vai votar pela candidatura do Ibrahim? Você não sabe que ele é comunista? Você não sabe que há outros comunistas na chapa dele?’ com muita dignidade, o velho operário responde: ‘Vou votar neles porque estou convencido de que, neste país, os únicos que tem colhões são os comunistas, o resto já demonstrou que não serve para nada e já se vendeu à patronal’ (CASO, 1973, p. 55).

O anticomunismo secular comparece naquele que tenta dissuadir o voto. A pouca preocupação com problemas em votar em um comunista dá a linha do diálogo que estava sendo estabelecido. Resultado disso, a diretoria foi eleita e seguiu caminhando para construir o movimento e as greves. Nas palavras de Ibrahim, “o rompimento com o reformismo teve repercussões profundas dentro do movimento operário brasileiro e foi a causa determinante a formação de uma vanguarda operária revolucionária que procurava novas formas e perspectivas de luta” (CASO, 1973, p. 56). Essa ação se somava ao pessoal da JOC e também do PCB, do MRT, sob clandestinidade. Os movimentos eram, como não deixaria de ser, infiltrados por policiais. Este contexto conturbado e com crescimento da ação, o quadro traçado por ele parecia de colaboração entre partidos que participavam inclusive de demonstração de forças nas ruas:

Também participaram daquela demonstração outros atores da esquerda brasileira e do movimento estudantil e, inclusive, elementos das organizações revolucionárias armadas. A UNE organizara um trabalho de agitação prévio, com comícios-relâmpago e distribuição de volantes. Dirigentes estudantis também participaram da ocupação da tribuna. O nosso plano, de resto, foi também discutido e aprovado, previamente, pela direção da VPR e, além disso, contava com o apoio da Ação Libertadora Nacional (ALN), Ação Popular (AP) e da Dissidência Comunista de São Paulo (CASO, 1973, p. 63).

O que nos chama atenção é o caráter de organizador, partidário, que a organização estava assumindo. É possível nos perguntarmos se os rumos desses grupos teriam sido outros se a repressão não fosse acelerada com o AI-5. O fato é que, na marcha em questão, até cartaz com a imagem de Che Guevara foi usado com a alegria de vinte mil trabalhadores nas ruas. Aprofundada a repressão, aprofundariam a clandestinidade, dispostos a seguirem na luta e “subir a montanha”, ou seja, seguir o exemplo de Sierra Maestra. O idealismo de tentar construir um foco, de “fazer uma guerrilha” na maior parte das vezes só era possível para quem não tinha filhos, ou podia se desprender da família, ainda que sob imensas e irreparáveis perdas. Em 1969 José Ibrahim foi preso, tendo sido um dos militantes trocados pelo embaixador Charles Elbrick em setembro de 1969. O estudo de Marcelo Ridenti reitera a importância da VPR naquele processo:

Tendo-se originado no sindicato e nas comissões de fábrica, o movimento operário oasquense foi estruturado e mobilizado politicamente pelo “grupo de esquerda” operário-estudantil, mais ou menos ligado à VPR, além da atuação de outras organizações de esquerda local. (RIDENTI, 2010, p. 178).

De certa forma, Ridenti nos faz perceber que a VPR avançou no trabalho de massas e, sofreu os dilemas que esse trabalho impõe. Ele cita uma entrevista de José Ibrahim, de

1972 ao jornal *Unidade e Luta*, na qual ele problematizava a questão:

Nós nos reuníamos de forma clandestina e acompanhávamos, também, a luta político-ideológica da esquerda, recebíamos materiais e mantínhamos contatos com várias organizações: grupos de sargentos, IV, AP, POLOP e depois POC – maioria dos quais nem existiam em Osasco. Mas continuávamos mantendo nossa independência porque não víamos nenhuma alternativa (RIDENTI, 2010, p. 179).

O problema da forma da luta estava colocado, pois “nós éramos uma liderança do movimento de massas, que tinha apoio das massas, mas que estava sendo absorvida pelas concepções partilhadas por amplos setores de esquerda”, e com isso, estava se criando uma visão que se tornaria insuperável: seria preciso fazer a guerrilha rural, mas os trabalhadores não poderiam deixar de lado seus postos de trabalho. No documento de 1972, José Ibrahim, invertia a relação, dizendo que foi a luta armada que acabou com o movimento operário:

O que destruiu mesmo a organização interna nas fábricas de Osasco foi a política das organizações armadas – principalmente, no caso da VPR e depois da VAR-Palmares – de tirar os melhores elementos, do trabalho no movimento de massas, consumindo-os na dinâmica interna das organizações. Nós já vínhamos nos aproximando dessa posição no desenrolar do trabalho em Osasco e quando nos ligamos à VPR esse desvio se aprofundou. Fomos paulatinamente nos afastando do trabalho dentro da classe, absorvidos pela dinâmica da luta armada, na qual se substituíram a luta de massas (Unidade e luta, 1972, APUD RIDENTI, 2010, p. 186).

Claro que há um peso enorme da repressão a ser acrescentado aqui, mas o fato é que o trabalho de base acabava gerando quadros que iriam substituir quadros na chamada luta armada. Do ponto de vista teórico, ademais, a VPR buscava se posicionar com os debates incitados por Jamil (Ladislaw Dowbor), problema que seria dubiamente incorporado por Carlos Lamarca, que num momento as refuta, mas depois as segue, não conseguindo uma elaboração melhor para o problema da relação entre massas e foco. Já em 1969, Jamil pregava que era necessário partir para a guerrilha rural, urgentemente, “e para isso deveria abandonar as esperanças e a atuação nos movimentos de massas nas cidades, na ‘primeira fase da revolução’” (RIDENTI, 2010, p. 188). Se a organização era clandestina, como ia lidar com a presença de militantes buscando formação e ação política? Como manter uma organização atuante junto ao movimento sindical, se os planos eram seguir a luta foquista?

Carlos Lamarca e mais conflitos na VPR

O papel histórico de Lamarca mudou a luta da VPR. Mas como pode se imaginar, isso não ocorreu sem discordâncias e dissidências. A entrada de Lamarca na VPR não foi consenso como se pode pensar. Um dos primeiros membros da VPR, João Quartim de Moraes foi contra sua entrada:

Joao Quartim não escondeu que era contra desde o começo. E fez de tudo para Lamarca

continuar atuando só na surdina, como já vinha acontecendo. Ele, Darcy e Mariani formavam uma célula clandestina da futura VPR em Quintaúna. Só que Lamarca queria fazer guerrilha como ‘Che’ e Fidel fizeram em Cuba. Queria montar focos de guerrilheiros no campo para ir avançando, aos poucos ir conquistando o povo, finalmente o país (SOLNIK, 2011, p. 63).

A questão do método, do foquismo e da relação com as massas certamente era fundamental nas escolhas e posicionamentos. Lamarca e a organização de tudo fariam para a extensão da luta ao campo, mas, as condições não eram as imaginadas, nem era consenso essa posição. Segundo Solnik, Onofre Pinto na tentativa de convencer Lamarca a entrar na VPR mentiu sobre as condições concretas de luta no campo, fazendo-o crer que tinham um grande contingente de pessoas dispostas à luta de guerrilha (SOLNIK, 2011, p. 62). Informado sobre essa mentira de Onofre, ele teria então se disposto a criar as condições: “vamos criar as condições para haver o campo”. A divergência de Quartim era acompanhada por Wilson Fava e Renata Guerra, os três concordavam que “a organização ficaria melhor sem Lamarca do que com ele” (SOLNIK, 2011, p. 64). Mas no fim, eles foram afastados da organização. Exilados no Uruguai receberam um ultimato, segundo Solnik, foram proibidos de falar em nome da VPR. Quartim havia escrito um artigo na revista *Les Temps Modernes*, coordenada por Jean Paul Sartre. Segundo Solnik, Espinosa havia mandado o recado: “parem de usar o nome VPR. Em caso de reincidência, será convocado um tribunal com vistas a justicamento” (SOLNIK, 2011, p. 73). O que ficou como definição para o grupo foram os planos de Lamarca, mas não sem conflitos nem por muito tempo. A ambiguidade de uma direção colegiada com a presença do líder permaneceria enquanto ele estivesse na VPR.

A saída de Carlos Lamarca das Forças Armadas através da expropriação de seu quartel foi um fato muito narrado e lembrado. Os planos previam a realização de ações impactantes, de grande monta, com o foco na expropriação de muitas armas. A biografia de José e Miranda fala em “360 fuzis FAL e respectivas balas” (JOSÉ; MIRANDA, 1980, p. 36). Entretanto, os preparativos não saíram como planejado e parte do grupo que preparava a fuga foi presa, levando a uma série de outras prisões. Como resultado, a ação de saída de Lamarca foi bem menos impactante, mas encontrou um quadro externo delicado, com muitos militantes presos, sofrendo tortura e outros entrando na clandestinidade a partir desse momento. Tudo isso levou ao confinamento de Lamarca que, por um lado, percebeu que havia sido ludibriado e que a VPR não dispunha de um “exército rural”; por outro lado, mostrou a dura realidade em que se movimentavam os grupos da organização. Cada vez mais precisavam realizar ações, inclusive usando seus comandantes para isso, com o fim de se manterem, mesmo que possuidores de armamento. No caso das armas expropriadas inclusive, o problema foi enorme porque retiradas as armas, a VPR não tinha onde escondê-las. Alguns relatos de acontecimentos dão conta de decisões apressadas e mal planejadas

como a história do caminhão que seria disfarçado de militar para efetuar expropriações no quartel. Os envolvidos foram denunciados ainda no processo de preparação do mesmo, no interior de Itapeverica da Serra, no dia 23/1/1969.

A articulação dessa ação previa uma série de atividades articuladas, mas as prisões de membros do grupo impediram que isso ocorresse. Chegavam a prever o estopim de uma guerra civil, mas estavam totalmente deslocados da realidade. Eram planos ambiciosos e ocorreriam no dia 26/1/1969:

O Palácio Bandeirantes, sede do governo paulista, no Morumbi, arde em chamas após o bombardeio de lança-rojões. No mesmo instante, ataque semelhante põe em pânico o Quartel-General do II Exército, no bairro Ibirapuera. Na Cidade Universitária, a Academia Militar de Polícia desmorona com a explosão de cem quilos de dinamite e, ao mesmo tempo, o Campo de Marte é ocupado por cinco militantes da VPR. Os sentinelas são dominados e os controles avariados para confundir o sistema aéreo da cidade. Era a Noite de São Bartolomeu, o desfecho de um plano perfeito, destinado a criar um clima de guerra civil (JOSÉ; MIRANDA, 1980, p. 36).

Mas, segundo vários relatos que variam em alguns detalhes, caíram diante da denúncia de um garoto curioso que percebeu os preparativos do caminhão, foi mal tratado pelos homens que cuidavam da pintura, denunciou aos pais, que por sua vez chamaram a polícia e todo o magnânimo plano acabou na prisão, onde um militante abria à repressão vários detalhes e informações que permitiriam chegar a todos os envolvidos. Diante disso, não restou a Lamarca alternativa do que a deserção solitária, segundo conta seu companheiro de deserção Darcy Rodrigues: “No final da tarde de 6ª feira, 24/1, o capitão Carlos Lamarca entrou no IV RI dirigindo sua própria Kombi e a carregou com 63 fuzis FAL, 3 metralhadoras INA, uma pistola 45 e farta munição” (RODRIGUES, 2010, p. 70).

Quando estava colocada a incerteza quanto à guarda das armas, já que não tinham base no campo para tal fim, Lamarca recorreu a Marighella e sua organização, e houve uma série de problemas. O fato é que a saída de Lamarca do quartel, acompanhada da deserção de Darcy Rodrigues, José Mariani e Carlos Roberto Zanirato, coincidiu com a prisão de vários militantes e começavam as delações de ex-companheiros. O jornal *Correio da Manhã* de 27/6/1969 noticiava, a partir de um informe recebido do DOPS de São Paulo:

Uma bomba de alto teor explodiu na madrugada de ontem no prédio onde está instalado o parque da Aeronáutica, na Avenida Cruzeiro do Sul. O petardo destruiu a fachada do prédio, quebrou vidros e janelas e danificou móveis.

Terroristas visaram na madrugada de ontem o palácio Bandeirantes, e sede do Governo do Estado. Ocupando um carro, deram rajadas de metralhadoras contra o edifício, sendo repelidos por soldados da guarda palaciana^{iv}.

O jornal traz, de forma oficial, a longa lista daqueles que foram delatados, contribuindo para disseminar um clima de insegurança e medo na população. Praticamente todos os nomes da VPR e outros grupos são listados: Lamarca, Marighella, Carlos Figueiredo de Sá, Diógenes Oliveira, entre muitos outros. Nesse contexto Lamarca tem que

se esconder, ficar clandestino, muito longe do objetivo de levar o foco adiante. Mesmo assim ele iria participar de um período de discussões congressuais da organização, até participar do racha que levaria à criação da VAR-Palmares criando uma “outra VPR” - um grupo mais coeso com o militarismo. Daí viria a constituição do campo de treinamento, no Vale da Ribeira, o qual seria uma demonstração de bravura, mas também de insistência e sanha da repressão. José e Miranda sintetizam:

Para o Capitão Lamarca a dureza da clandestinidade começou no dia em que saiu do Quartel de Quintaúna, sobretudo porque se viu obrigado a permanecer na cidade, ao constatar que não existia a tão sonhada área de campo do foco guerrilheiro. Marighela tinha razão: eram pequenas as condições de se absorver o episódio da fuga, e não havia mesmo nada preparado (JOSÉ; MIRANDA, 1980, p. 53).

Os grupos atuavam muito mais como estrutura partidária, pois com muitos militantes presos, Antonio Espinosa chama um congresso, “onde se discutem as perspectivas da luta”, em sentido oposto à ação armada como princípio, no qual,

O grupo de Osasco, composto de operários e estudantes que tiveram acentuada atuação nas greves de 1968, assume nesse Congresso a posição de não subestimar o papel político das massas. Mas a ideia básica permanece: o foco, como forma ‘fundamental’ de luta; o trabalho de massas, a forma ‘complementar’ (JOSÉ; MIRANDA, 1980, p. 53).

Ou seja, a posição de Lamarca não é a majoritária. A ele interessava apenas a direção da coluna rural, segundo José e Miranda, “o receio de assumir cargo de direção tinha mais uma forte razão: temia se tornar ‘um outro cacique’, transformar-se num prisioneiro do próprio mito, criado à sua revelia”. O fato é que houve um período de debates, e esse embate ganharia importante episódio com a criação do campo de treinamento no Vale da Ribeira, o que geraria uma série de outras dificuldades ao grupo (PINHO, 2016).

Nesse período Lamarca participa de uma ação, um assalto a banco, onde ele mata com um tiro certo o guarda civil Orlando Pinto Saraiva, que estava ameaçando atirar em Darcy Rodrigues, segundo seu relato posterior (PEDROSO, 2003). Em novo “confinamento”, Lamarca tenta disfarçar-se, submetendo a uma cirurgia para modificar o nariz, o que não teve muito efeito. O médico, posteriormente preso entregou o ato à repressão, o que tornou ainda mais infrutífera a tentativa. Finalmente, em julho de 1969, dá-se a criação da VAR-Palmares e novos conflitos se avizinhavam. Embora os grupos buscassem o foco, havia divergências sobre as formas de alcançá-lo se intensificavam.

O Congresso da VAR-PALMARES

Nos primeiros meses de 1969 foram pelo menos quatro grandes ações dos grupos de luta armada: em janeiro, a deserção de Carlos Lamarca na fuga do quartel de Cambuci, com a expropriação de armas; o roubo do cofre de Adhemar, levado adiante pela VAR-Palmares,

no dia 18/7/1969; o Congresso de criação da VAR-Palmares; o sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, (2/9/1969) e. Todos eles no epicentro do país naquele momento, o Rio de Janeiro (estado da Guanabara). Tudo isso desencadearia a ira da repressão, o que não impediria que 1970 fosse o ano da experiência concreta do campo de treinamento no Vale da Ribeira.

A VAR-Palmares e a VPR tinham um funcionamento que mantem práticas partidárias. Embora fossem organizações para a “luta armada”, o fato de parar ações para realizar congressos e discutir estratégia e tática é algo digno de nota. O Congresso de unificação dos dois grupos ocorreria em agosto de 1969, durando 44 dias, na cidade de Teresópolis. Cabe ressaltar ainda que o congresso se deu ao mesmo tempo em que a ALN realizava o sequestro do embaixador estadunidense, o que aumentava em muito a tensão do momento. Isso implicou vários problemas, já que a cidade ficou absolutamente cercada e controlada por policiais: “em caso de revista, nos carros havia armas, documentos falsos, materiais políticos para ser discutidos”. Inclusive, o carro em que estava Lamarca foi parado, e superando “em condições dramáticas uma barreira” (MIR, 1994, p. 181). A ida de Lamarca para o congresso da VAR-Palmares foi muito complicada, usou como uma das proteções uma mulher (Jovelina) com um filho de 50 dias sentados no banco ao seu lado. Tiveram seu carro parado numa barreira, mas foi possível despistar os policiais. Momentos tensos e de atos arriscados.

Não foi com unidade que o grupo saíria do Congresso, embora a maior ação de expropriação realizada por um grupo de resistência, o assalto ao Cofre do Adhemar, tenha sido recém-realizada em conjunto pelos dois grupos. Mesmo no meio às ações e à repressão, já que a busca por militantes foi reforçada no caso do sequestro, os grupos nesse momento ainda buscavam se organizar politicamente. Na síntese da Conferência de Fusão, elaborada por Cristina Chacel, o congresso se deu nos seguintes termos:

As agendas políticas coincidem. Tanto a Ó Pontinho [nome provisório da nova organização] quanto a VPR defendem o caráter socialista da revolução, descartando a visão de libertação nacional de outros grupos da esquerda armada, como a ALN. Ambas, também, levam para o debate documentos parecidos, em que criticam a importação automática do conceito de foco cubano – não acreditam que o envio de grupos para áreas de guerrilha, tendo basicamente a geografia montanhosa como escudo, possa, a partir da centelha, incendiar a revolução no Brasil. (CHACEL, 2012, p. 75).

Obviamente, essa posição se choca com a posição de Lamarca, e será decisiva para o racha no grupo, posição apontada também pela autora:

Quando a gente falava em trabalho político, havia uma reação terrível do pessoal da VPR. Eles questionavam: o que é isso? Trabalho político, como? Aonde? Isso é desviar forças do foco, da luta armada, é perder quadros, nós não temos quadros suficientes, então, não vai sair nunca. Querem adiar a luta armada?

E na sequência o problema do campo e da ação nominada como “de guerrilha”

reaparecia:

A VPR defendia o envio massivo de militantes para o campo. As ações na cidade teriam, por única finalidade, financiar e apoiar a guerrilha rural com infraestrutura, logística, recursos. Não era o que pensava O Pontinho, para a qual o trabalho urbano, junto à classe operária, aos estudantes e sobretudo a populações em conflito, não podia ser abandonado (CHACEL, 2012, p. 76).

Por algum momento, as diferenças foram deixadas de lado, ainda que não sem a discordância de alguns. Problemas no Congresso já haviam sido apontados por José e Miranda:

A preparação do Congresso da VAR se dá nos meses de julho e agosto de 1969. Nesse período se faziam severas críticas ao processo de fusão das duas organizações. Alguns setores afirmavam que havia ocorrido simplesmente uma inchação, e não um crescimento fruto de uma unidade política (JOSÉ; MIRANDA, 1980, p. 61).

De tal forma havia uma divisão que foram eleitos dois comandos: o Comando de Lutas Principais e o Comando de Lutas Secundárias. No nome o principal seria o campo, mas na prática, seguia sendo os embates urbanos que mais contariam. Havia dois documentos, as Teses sobre a Tática,

Se constituía no instrumento teórico dos que, embora não se afastando das ideias militaristas, criticavam o papel da chamada ‘coluna estratégica’ guerrilheira como ‘tática global’, prevendo grupos de guerrilhas irregulares na periferia das cidades como peças que se encaixavam dentro da tática política geral, onde o trabalho com as massas populares ocupava um importante papel.

Os autores também recuperam a Tese de Jamil, debraysta

Constatando a existência de uma ‘aristocracia operária’ e atribuindo um papel revolucionário às amplas camadas da massa desempregada, marginais ao processo produtivo. Propunha, então, a formação de uma organização de combatentes, e não de um partido (...) no momento tratava-se de criar a organização de combatentes que, por questões de segurança, não devia manter vínculos orgânicos com a massa, apenas ligações políticas (JOSÉ; MIRANDA, 1980, p. 62).

Está clara uma perspectiva muito mais ampliada e conflitos irreconciliáveis, já que o trabalho de massas, ou o contato político com as massas trabalhadoras se daria nas cidades, centro urbanos. Era uma perspectiva muito distinta do foco de inspiração guevarista. O racha era inevitável:

Lamarca, o ex-sargento Darcy, o ex-sargento José Araújo Nóbrega, o ex-marinheiro Claudio Ribeiro, Celso Lungaretti, Mario Japa e mais um. Todos com uma visão bem guerrilheirista: queriam ir para o campo, fazer a guerra, libertar o povo. Não admitiam ficar perdendo tempo nas cidades e se põem a discutir separadamente (JOSÉ; MIRANDA, 1980, p. 63).

Estava constituída a “nova VPR”, liderada por Lamarca, que buscava “seguir à risca a teoria jamilista: criar um grupo de combatentes, pequeno, mas coeso”. Com a presença de alguns ex-militantes da Colina, incluindo-se Juarez de Brito e Lia, o grupo assumiria um viés ainda mais militarista. Se iniciariam então os treinamentos de quadros, não em Cuba, mas no Brasil, o que inicia a ocorrer no Vale da Ribeira, mas com anuência e apoio cubano.

Mas Lamarca jamais foi a Cuba. Mais tarde, esse lugar seria descoberto pela repressão e acabaria em uma das maiores operações militares da repressão. E por outro lado, deixaria marcas indeléveis no grupo, com mortes, torturas e delações.

De toda forma, a posição de Lamarca parecia ter em si uma ambiguidade, sem saber ao certo como equacionar sua posição militar com a teoria do foco e a posição de politizar as massas. As teorias não eram suficientes, ele buscava ler, estudar durante a luta, mas isso batia em cheio com o autoritarismo inerente à sua posição dirigente. Da mesma forma, por vezes ele se colocava como um reles militante, e nos momentos decisivos da ação, assumia o comando como se fosse uma ação militar. Esse é o caso do sequestro do embaixador suíço. Se não fosse sua presença, indo por cima da decisão da direção, sustentando a vida do embaixador, ele provavelmente teria sido morto e a história seria completamente diferente, aqueles 70 presos não teriam sido soltos, a repressão teria vindo feroz contra os presos. Mas por outro lado, quando estava prestes a ser debelado em Buriti, mandou um companheiro até o Rio de Janeiro consultar a direção do MR8 sobre a melhor decisão a tomar, o que não fazia nenhum sentido, já que ele que estava em campo e precisava decidir sobre isso. Por mais que a posição de Espinosa seja tendenciosa, ele coloca questões importantes:

Lamarca tinha um problema de identidade. Nós, que éramos muito próximos e tal, é que sabemos. Durante o congresso de Teresópolis, Lamarca toda noite vinha pra reunião que eu fazia com o Max [Carlos Araujo], enquanto a gente estava redigindo o documento a respeito da União Operária, ele denotava verdadeira fascinação pelo movimento operário. E sempre mostrava uma curiosidade muito grande, ele lia dez, quinze horas por dia. Demonstrava ter uma consciência dramática dos próprios limites (SOLNIK, 2011, p. 91).

A questão do movimento operário era latente. Embora sustentasse fielmente que a luta deveria ser começada no campo, tinha essa questão como norte, mesmo que, como vemos, totalmente afastado dos companheiros que haviam feito a luta operária em Osasco, como próprio Zequinha que seria seu parceiro na cruel morte.

Embora esse problema fosse ser colocado posteriormente para o MR-8, Lamarca seguia sendo uma referência para os militantes. Parte destes embates aparecem também na obra sobre Herbert Daniel, outro militante que circulou entre várias organizações, pois parecia que não havia clareza de posições, como se reitera nesse relato:

Como eles haviam insistido no Congresso de Teresópolis, a liderança da VPR reconstituída priorizava ações imediatas para implementar sua estratégia de guerrilha. Mario Japa foi ao exterior secretamente para explorar as possibilidades de treinamento de guerrilha na Argélia, e Maria do Carmo Brito foi encarregada de buscar áreas adequadas para a uma unidade tática móvel de guerrilheiros em algum lugar do Sul do Brasil, a organização estabeleceu um Comando rural sob a liderança de Lamarca, enquanto a VPR continuava a operar nas cidades com um Setor de Inteligência e unidades encarregadas de expropriações e outras ações armadas (GREEN, 2018, p. 130).

Há, portanto, muita dificuldade nas ações daqueles grupos: ao mesmo tempo em que tem seus líderes e uma certa personificação de alguns deles, suas ações passavam por

colegiados decisivos (que nem sempre tinham suas decisões respeitadas). Há um planetário de discordâncias entre eles, e as ações precisavam se manter clandestinas e perigosas. Dificilmente as ações poderiam ser avaliadas, e as correções de rumo foram feitas à luz das quedas que iam sofrendo no caminho. Na visão que José e Miranda sintetizam, as contradições de Lamarca afloram. E permitem pensar os dilemas da luta:

Lamarca fazia uma crítica ao militarismo reinante nos grupos armados, principalmente a partir da experiência na VPR – e mencionou um documento que escreveu durante a temporada que passou trancafiado nos aparelhos. Era um aprofundamento da tática da Organização, abordava a ligação entre os planos político e militar e a prioridade que devia ser o político. Também achava que se devia dar mais ênfase ao trabalho de organização de massas, embora com objetivos militares, onde o militante se integrasse com o povo para, mais tarde, fazer ações armadas (JOSÉ; MIRANDA, 1980, p. 97).

Os dilemas colocados para Lamarca nos falam muito sobre os dilemas da luta naquele momento. Após o assassinato de Marighela, em 4/11/1969, ele passaria a ser o “grande inimigo” da ditadura, um grande traidor que abandonou as Forças Armadas. Por mais que a repressão o cercasse, ele jamais aceitou sair do país para reconstruir a luta, muitos líderes da VPR em mais de um momento colocaram esse problema e essa possibilidade, à qual ele recusava, optando por seguir a militância em outra organização.

Mais propriamente, ocorreram chamados de Fidel Castro para que ele fosse para Cuba, para somarem forças e reorganizar a luta desse lá, ou em algum lugar na Europa. Luis Mir aponta que “a justificativa de Lamarca era que seu comandante era Onofre Pinto” (MIR, p. 405) e portanto não poderia falar em nome da organização, mas isso não valia para muitas outras situações. Darcy Rodrigues, grande amigo de Lamarca, que o acompanhou em muitas de suas ações, narra:

Até hoje não consegui chegar a uma conclusão porque o Lamarca preferiu ficar. No dia 26 de julho eu encontrei o Fidel [Castro] – ele cruzou na minha frente na praça da Revolução -, e alguém gritou: “comandante Darcy Rodrigues” Ele virou e falou: ‘Lugar-teniente de Lamarca, hay que traerlo, sino si muere’. Eu comecei a fazer contato com os cubanos, tentando montar um esquema para tirar o Lamarca do Brasil. Mas ele nunca concordou (SOLNIK, 2011. p. 249).

Em vários documentos se apreende um discurso de Lamarca contra a influência de Cuba, que o treinamento e preparação tinha que ser feito aqui no Brasil. Mas isso é incoerente com a realidade das organizações naquele momento, que mandavam seus militantes para treinar em Cuba. Castro recebera seus filhos e sua esposa, e portanto, seria uma oportunidade de revê-los. Em documento do CIEEX, de 29/2/1972 cujo tema central era a relação de Fidel Castro com os militantes que se encontravam no Chile, o tema Lamarca aparece:

FIDEL CASTRO manteve encontro com elementos brasileiros da subversão no Chile, com a presença de UBIRATAN DE SOUZA, dirigente da VPR, ANTONIO BENEDITO CARVALHO PEREIRA (o Dr PEREIRA), advogado, GILBERTO FARIA LIMA, ex-sargento NÓBREGA, MARIA DO CARMO BRITO e JOAQUIM CERVEIRA. FIDEL CASTRO teria dialogado com cada um dos presentes, falando da luta armada no

Brasil. Teria indagado das causas da expulsão de LAMARCA da VPR e reafirmado ser partidário da luta no campo (Interior). JOAQUIM CERVEIRA e MARIA DO CARMO BRITO teriam dito que, no Brasil, não havia condições, ainda, para aluta armada no campo e que eles optavam pela guerrilha litorânea.

Ou seja, fazem alusão à organização no Vale da Ribeira e à saída de Lamarca da organização. O relato indica que Castro foi incisivo na “questão Lamarca”,

FIDEL CASTRO teria indagado o porquê de CARLOS LAMARCA não ter desejado ir a Cuba quando fora chamado com insistência. UBIRATAN DE SOUZA teria dito que sua companheira, IARA IAVELBERG, teria sido a responsável, opondo-se à viagem do mesmo a Cuba.^v

Ou seja, mesmo dentro da organização, era conhecido o dilema de Lamarca, e mesmo diante de alguém tão relevante para a organização, o motivo apreço como uma questão meramente pessoal, mas denotaria também a tentativa de se manter alijado de um controle cubano? Esse debate jamais chegou a ser retomado pelos antigos militantes das organizações.

Outros casos importantes nos quais a VPR foi protagonista precisam ser trazidos à discussão, para que não se pareça que sua história foi apenas uma ação romântica e idealista, ou se passe por cima de questões éticas de fundo. Seus militantes se envolveram em ações polêmicas e indefensáveis como o assassinato de Charles Chandler como uma ação de justificação, ainda em 1968. Nos parece que a realidade dos grupos que fizeram a resistência e que propunham a luta armada precisa ser melhor conhecida para que possamos traçar um quadro mais preciso das formas de resistência à ditadura que foram produzidas no Brasil.

Referências

CAMPOS, Luiz Felipe. *O massacre da Granja de São Bento*. 2 ed. Recife: Cepe, 2017.

FUKUDA, Hatsuo. *Diógenes. O guerrilheiro. Ousar luta, ousar vencer*. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

GREEN, James. *Revolucionário e gay. A vida extraordinária de Herbert Daniel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1980.

LAQUE, João Roberto. *Pedro e os Lobos*. São Paulo: Ava, 2010.

MIR, Luis. *A revolução impossível. A esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1994.

PEDROSO JR, Antonio. *Sargento Darcy. Luar tenente de Lamarca*. Bauru: Centro de Estudos Sociais, 2003.

PINHO, Celso Luiz. *1970. Uma guerra no Vale da Ribeira*. São Paulo: LP, 2016.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução brasileira*. São Paulo: EdUNESP, 2010.

SOLNIK, Ales. *O cofre do Adhemar*. São Paulo: Jacoticaba, 2011.

Recebido: 18/05/2019

Aceito: 05/07/2019

Publicado: 02/09/2019

Notas

ⁱ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Pós doutora pela Universidade Nova de Lisboa. E-mail: carlalui@gmail.com

ⁱⁱDesaparecido político. Procedimento administrativo CEMDP 273/96
<http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/265>

ⁱⁱⁱ Em 1969 foi um dos militantes trocados pelo embaixador estadunidense.

^{iv} Correio da Manhã de 27/6/1969

^v Fidel Castro. Atividades no Chile. Banidos Brasileiros. Informe 027. CIEX/CISA, 29/2/1972. Ou seja, Lamarca há estava morto há alguns meses quando esse relato foi recebido.